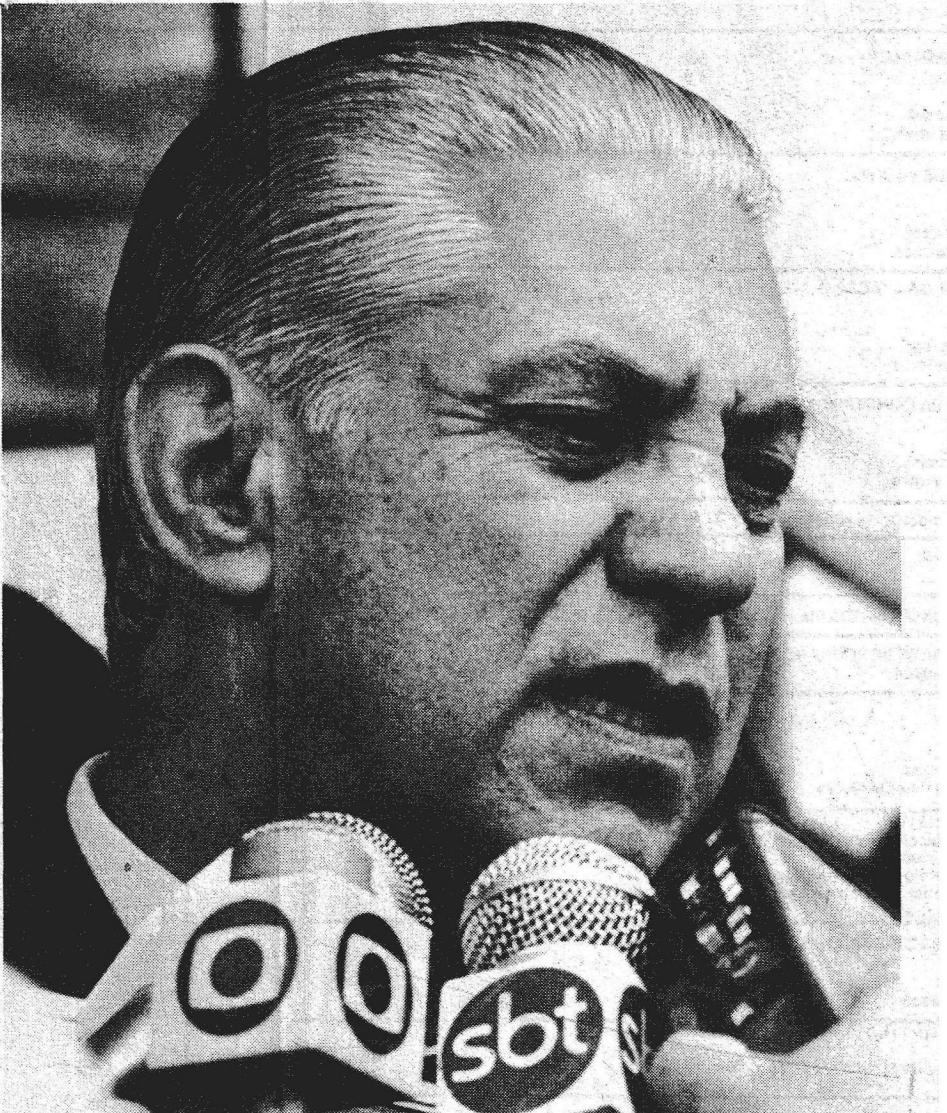


Sarney ameaça fazer uso do decreto-lei

J. França



Diante da urgência, o ministro José Hugo lembrou a necessidade "in extremis"

"Caso o Congresso Nacional não aprove até amanhã o "pacote econômico" enviado quinta-feira pelo governo, o presidente José Sarney "não terá outra alternativa senão usar o recurso do Decreto-Lei", afirmou, ontem à noite, o ministro José Hugo, do Gabinete Civil, após ser informado de que os senadores haviam negado o pedido de votação em regime de urgência do "pacote".

O pacote econômico — acrescentou o ministro José Hugo — é tão abrangente em medidas de interesses sociais, visando inclusive reduzir em Cr\$ 63 trilhões o déficit público, que eu acredito nisso: se o Congresso Nacional não aprovar essa matéria, o presidente Sarney terá que usar esse recurso "in extremis", devido à urgência do estado de necessidade, que é o Decreto-Lei. Eu tenho certeza de que a opinião pública nacional aplaudirá essa medida do presidente.

Lei-Delegada
O ministro do Gabinete Civil disse ainda

que o Decreto-Lei — instrumento jurídico utilizado pelo governo militar para fazer aprovar suas matérias no Congresso Nacional — dar "cem por cento de poderes ao presidente da República. Em praticamente nove meses de governo, o presidente Sarney nunca usou o Decreto-Lei, porque prefere apenas 10 por cento de poder, que seria uma Lei-Delegada".

— E lamentável que os senhores congressistas — acrescentou o ministro do Gabinete Civil — não tenham tido mais tempo para uma análise mais profunda do pacote de medidas econômicas e sociais enviado pelo Governo. Entre outros benefícios, esse pacote favorece os trabalhadores de baixa renda, evita a expropriação dos salários através da retenção do Imposto de Renda na fonte, não aumenta as alíquotas, mas reduz as faixas de incidência, o que beneficia as empresas. O pacote econômico só trará benefícios para o País, concluiu o ministro José Hugo.

|||